



SUBDESENVOLVIMENTO HUMANO COM ABUNDÂNCIA DE RIQUEZA: O CASO DOS “MUNICÍPIOS PETRORRENTISTAS” DO RIO GRANDE DO NORTE

UNDERDEVELOPMENT HUMAN WITH ABUNDANCE OF WEALTH: THE CASE OF “PETRORENTIST MUNICIPALITIES” OF THE RIO GRANDE DO NORTE

SUBDESARROLLO HUMANO CON ABUNDANCIA DE RIQUEZA: EL CASO DE LOS “MUNICIPIOS PETRORRENTISTAS” DEL RIO GRANDE DO NORTE

Maria Russilânya C. S. da Silva

Bacharel em Economia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) Licenciada em Química pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

E-mail: russilanya_silva16@hotmail.com

Joacir Rufino de Aquino

Economista, Mestre em Economia Rural e Regional (UFCG)

Professor Adjunto IV do Departamento de Economia

Líder do Grupo de Pesquisa Gestão do Território e Desenvolvimento Regional da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN/Campus de Assú)

E-mail: joaciraquino@yahoo.com.br

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a evolução da produção de riqueza nos municípios produtores de petróleo e gás natural do Rio Grande do Norte e verificar o comportamento dos seus indicadores de qualidade de vida no limiar do século XXI. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema estudado que serviu de base para a sistematização e interpretação dos dados estatísticos levantados. Em linhas gerais, o trabalho mostra que os “municípios petrorrentistas” potiguares registraram taxas de crescimento econômico expressivas, mas seus indicadores de desenvolvimento humano se apresentam abaixo da média estadual. Para reverter o “paradoxo do subdesenvolvimento com abundância de riqueza” retratado, entre outros aspectos, ressalta-se a necessidade de aprimoramento dos mecanismos de gestão das rendas petrolíferas nestas áreas específicas.

Palavras-chave: Petróleo; Crescimento Econômico; Desenvolvimento Humano; Subdesenvolvimento.

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze the evolution of the wealth production in producing municipalities of oil and natural gas of Rio Grande do Norte and verify the behavior of its indicators of life quality on the threshold of the XXI century. For this purpose, performed a literature search on the topic studied that formed the basis for the systematization and interpretation of statistical data collected in the investigation was conducted. In general, the study shows that "municipalities oilrentiers" potiguares reported significant rates of economic growth, but its human development indicators showed performance below the state average. To reverse the "paradox of underdevelopment with plenty of currency" portrayed, among others, emphasize the need to improve the mechanisms for managing oil revenues in these specific areas.

Key words: Oil; Economic Growth; Human Development; Underdevelopment.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es analizar la evolución de la producción de la riqueza en los condados productores de petróleo y gas natural en Río Grande do Norte y comprobar el comportamiento de sus indicadores de calidad de vida en el límite del siglo XXI. Con este fin, una búsqueda bibliográfica sobre el tema estudiado que sirvió de base para la sistematización e interpretación de datos estadísticos recogidos se

llevó a cabo. En términos generales, el trabajo muestra que "municipios petrorrentistas" potiguales registraron tasas de crecimiento económico significativo, pero sus indicadores de desarrollo humano se presentan por debajo de la media estatal. Para invertir la "paradoja del subdesarrollo con la abundancia de la riqueza" retratado, entre otras cosas, se hace hincapié en la necesidad de una mejora del régimen de gestión de los ingresos del petróleo en estas áreas específicas.

Palabras clave: Petroleo; Crecimiento Económico; Desarrollo Humano; Subdesarrollo.

1– INTRODUÇÃO

A indústria petrolífera tem provocado profundas transformações na estrutura produtiva de vários espaços territoriais pelo mundo afora. As atividades extrativas em terra e no subsolo marítimo, a edificação de grandes complexos industriais e instalações modernas para armazenamento e distribuição da produção, bem como a busca pela qualificação profissional da mão de obra ocupada em campo, impulsionam, com graus distintos de intensidade no tempo e no espaço, mudanças marcantes na fisionomia das regiões que sediam tais empreendimentos (CRUZ; RIBEIRO, 2009).

Essas transformações geralmente proporcionam o aumento da riqueza produzida, mas também geram externalidades negativas, como a degradação ambiental e o agravamento das desigualdades econômicas e sociais entre a população residente (CRUZ; RIBEIRO, 2009; FURTADO, 2008). No Brasil, como forma de compensar financeiramente as áreas que albergam este tipo de atividade, pagam-se *royalties*, que são uma espécie de compensação financeira pelos danos causados ao seu patrimônio natural, ou seja, percentuais da renda gerada anualmente repassados às diferentes instâncias governamentais para serem investidos em melhorias socioambientais para a referida região e seu entorno (DIAS, 2010; SEBRAE/RN, 2005).

Com efeito, a transferência regular de rendas compensatórias para determinadas localidades que sediam atividades relacionadas à indústria do petróleo fez surgir uma nova classe de municípios no país, os “municípios petrorrentistas”. A referida definição é utilizada para designar aquele seletivo grupo de municípios recebedores de rendas petrolíferas e que, de certa forma, passaram a usufruir uma situação privilegiada relativamente às demais localidades que não dispõem destas receitas suplementares (BRAGA; SERRA; TERRA, 2007; SERRA, 2007).¹

No caso específico do Rio Grande do Norte (RN), maior produtor de petróleo em terra do Brasil, há mais de 30 anos a PETROBRAS construiu uma estrutura moderna concentrada em 15

¹ Independentemente do grau de importância relativa da participação de *royalties* nas finanças públicas, considera-se aqui “municípios petrorrentistas” aqueles que sediam em seus territórios atividades de produção, processamento e distribuição de petróleo e gás natural.

municípios² que é responsável por boa parte do crescimento do PIB industrial potiguar. Em vista disso, alguns pesquisadores já procuraram demonstrar o peso dessa indústria na economia do estado (ALVES, 2012; AZEVEDO, 2013; RODRIGUES NETO, 2009). No entanto, além dos aspectos estritamente produtivos, há carência de estudos com dados recentes que procurem aferir até que ponto o dinamismo provocado por tais atividades tem sido suficiente para elevar a qualidade de vida da população residente relativamente às demais áreas do RN não produtoras de petróleo e gás natural.

Nesse contexto, o objetivo geral do presente artigo é analisar a evolução da produção de riqueza nos “municípios petroleristas” do RN e verificar o comportamento dos seus indicadores socioeconômicos no limiar do século XXI (2000 a 2011). Argumenta-se no transcorrer da discussão que se manifesta nestas localidades o “paradoxo do subdesenvolvimento com abundância de divisas” encontrado por Furtado (2008) na Venezuela na década de 1950, país que, na época, apesar de possuir reservas abundantes de petróleo em seu território, era marcado pela precariedade dos indicadores sociais e pela desigualdade na distribuição de renda entre seus habitantes.

A estrutura analítica do trabalho está dividida em quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção, são apresentadas sucintamente algumas distinções entre os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento humano. Na seção seguinte, é realizada uma breve abordagem sobre a importância da indústria do petróleo no RN. A quarta seção apresenta e analisa os indicadores de crescimento econômico e desenvolvimento humano dos municípios estudados, comparando-os com a média estadual. Finalmente, nas considerações, faz-se uma síntese das principais discussões expostas no trabalho e são propostos alguns desdobramentos analíticos a respeito dos resultados obtidos.

2– CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO HUMANO: DIFERENÇAS CONCEITUAIS E FORMAS DE MEDIDA

2.1 – Crescimento econômico e modernização produtiva

De acordo com Sandroni (1999, p. 141), “o crescimento econômico é o aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica.” Na maioria dos casos em que se necessita mensurar o nível de riqueza de um espaço territorial delimitado, recorre-se ao Produto Interno Bruto (PIB), que corresponde ao “valor

² Os 15 municípios produtores de petróleo e gás natural no RN são: Alto do Rodrigues, Apodi, Areia Branca, Assú, Caraúbas, Carnaubais, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Guamaré, Macau, Mossoró, Pendências, Porto do Mangue, Serra do Mel e Upanema.

monetário de venda dos produtos finais produzidos dentro de um país em determinado período de tempo” (GREMAUD; VASCONCELOS; TONETO JR., 2010, p. 35).

No Brasil, a estimativa do PIB envolve todas as dimensões territoriais. Os PIBs municipais, de forma particular, são divulgados anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que conta com uma série histórica que vai de 1999 a 2013. Seu cálculo “baseia-se na distribuição, pelos municípios, do valor adicionado bruto, a preços básicos, em valores correntes das atividades econômicas, obtido pelas Contas Regionais do Brasil” (IBGE, 2012, p. 9).

Por ser uma ferramenta que mensura a produção de riqueza, o PIB é o parâmetro adotado para aferir o desempenho econômico de regiões e países, já que é uma medida de crescimento (RAMALHO JR., 2012). Ademais, tem sido usado frequentemente para quantificar o grau de desenvolvimento dos países por meio do cálculo do PIB *per capita*, que corresponde à produção de bens e serviços de uma área específica dividido pelo número de seus habitantes (PIB/População), uma vez que se supõe que quanto maior o PIB *per capita*, maior também será o nível de desenvolvimento do espaço territorial pesquisado (GREMAUD; VASCONCELOS; TONETO JR., 2010).

Admitindo o princípio de que quanto maior é a riqueza de um país ou região, mais desenvolvida será sua população, a abordagem precedente ressalta a ideia de que o “caminho” para se elevar o bem-estar social está na inovação tecnológica aplicada ao processo produtivo, tendo em vista que ela proporciona a elevação da produtividade e, com isto, melhora o desempenho da economia. Tal argumento, inspirado na obra do renomado economista Joseph Schumpeter (1988), assevera que o desenvolvimento se verifica quando o incremento da inovação é adicionado ao processo produtivo pelos empresários inovadores, de modo a elevar os lucros rapidamente. Dessa forma, o incremento ocorre via modernização dos meios de produção e, à medida que novas combinações produtivas (inovações) são postas em prática, desencadeia-se o processo de desenvolvimento.

Para Furtado (2008) e Souza (1999), entretanto, o crescimento econômico também pode impactar de forma negativa na sociedade, como, por exemplo, pelo aumento da concentração de renda e da riqueza nas mãos de uma pequena parcela da população, de modo que nem sempre a modernização que propicia o aumento da produção de riqueza proporciona desenvolvimento econômico na mesma dimensão para todos os indivíduos. Assim sendo, depreende-se que o PIB é um bom indicador para aferir o crescimento econômico, mas não é suficiente para explicar o desenvolvimento humano de um dado espaço territorial. A literatura recente sobre o tema mostra

que outras variáveis devem ser incluídas para mensurar o grau de qualidade de vida dos indivíduos. É o que será mostrado na sequência do texto.

2.2 – Desenvolvimento humano: muito além do crescimento econômico

O avanço produtivo ocasionado pelo incremento de tecnologia e capital pode resultar na expansão do PIB sem necessariamente melhorar os níveis de qualidade de vida de uma sociedade. Isso porque, na perspectiva de Sen (2000, p. 17), o desenvolvimento corresponde a “um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”, indo além da mera concepção que associa o bem-estar social ao crescimento econômico, ao aumento das rendas pessoais, à industrialização ou ao avanço tecnológico relacionado à modernização produtiva, pois “as liberdades não dependem apenas do aumento do PNB ou da renda individual, mas também de determinantes sociais e econômicos.”

Sen (1993; 2000) explica que para que haja a expansão das liberdades é necessário remover os fatores de privação, como a pobreza, a falta de oportunidades econômicas, a precariedade dos serviços públicos (saúde, educação, lazer), bem como garantir os direitos políticos dos indivíduos. Dessa forma, um lugar desenvolvido é aquele em que as pessoas têm oportunidade de estudar, de trabalhar, de exercer seus direitos civis, de ter acesso a um ambiente saudável, de ir e vir a todos os lugares sem nenhuma restrição, entre outros aspectos ligados ao exercício pleno da cidadania.

Na mesma linha de interpretação, o PNUD (2013, p. 25) destaca que: “desenvolvimento humano é o processo de ampliação das liberdades das pessoas, no que tange as suas capacidades e às oportunidades a seu dispor, para que elas possam escolher a vida que desejam ter.” Isso significa que as privações das liberdades dos indivíduos, presentes nos espaços territoriais subdesenvolvidos, precisam ser superadas para que ocorra o processo de melhoria da qualidade de vida, que não se resume, necessariamente, a ampliação da renda monetária da população.

Com efeito, o desenvolvimento humano, entendido como a melhoria na qualidade de vida dos indivíduos por meio da expansão das suas capacidades, pode ser expresso em termos de indicadores sociais. Segundo Jannuzzi (2012, p. 21), “um indicador social é uma medida, em geral, quantitativa, dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas).” Trata-se, portanto, de um recurso metodológico que retrata aspectos da realidade social e/ou suas modificações ao longo do tempo.

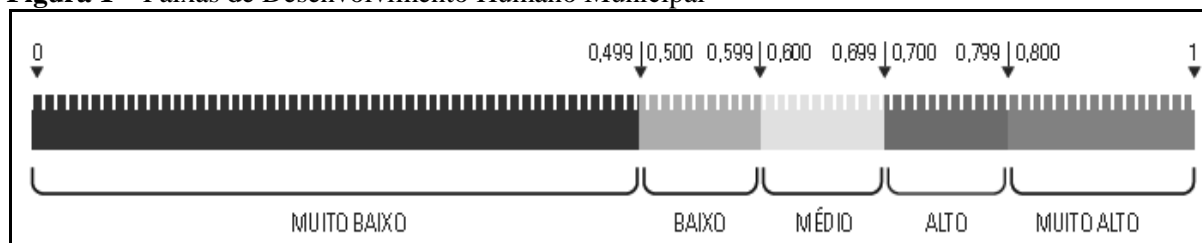
Atualmente, o principal indicador social utilizado para medir a qualidade de vida no Brasil é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). O IDH-M é calculado a partir da média



geométrica do IDH-M longevidade (expectativa de vida ao nascer), juntamente com o IDH-M educação (escolaridade da população adulta + fluxo escolar da população jovem) e o IDH-M renda (renda *per capita*).

A metodologia empregada pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2013)³ utiliza os dados do Censo Demográfico 2010 do IBGE, adotando uma nova classificação quanto à “faixa de desenvolvimento” de cada município. Nessa nova metodologia, como mostra a Figura 1, se o município se apresentar na faixa entre 0 a 0,499, será classificado como de muito baixo desenvolvimento humano; entre 0,500 a 0,599, baixo desenvolvimento humano; entre 0,600 a 0,699, médio desenvolvimento humano; entre 0,700 a 0,799, alto desenvolvimento humano; e, entre 0,800 e 1, muito alto desenvolvimento humano.

Figura 1 – Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal



Fonte: PNUD (2013).

Vale salientar que uma região ou município pode apresentar, na média geral dos três indicadores (renda, saúde e educação), alto ou muito alto desenvolvimento humano, mas, ao se analisar cada componente individualmente, pode-se obter um índice que denote baixo ou médio desenvolvimento humano, como ocorre, por exemplo, com o estado do Rio Grande do Norte, que apresentou o maior indicador de desenvolvimento humano da região Nordeste (0,684). Nele, embora os municípios apresentem bons IDHs médios, registra-se um desempenho preocupante na área educacional (0,597). Ou seja, o indicador de desenvolvimento humano norte-rio-grandense desagregado indica sinais de subdesenvolvimento, por conta do seu baixo desempenho no quesito educação.

De maneira geral, apesar de alguns limites observados, o IDH-M fornece informações importantes que possibilitam traçar o perfil socioeconômico dos municípios brasileiros, permitindo ainda sua comparação com todos os municípios do país. Nesse sentido, a partir desse indicador buscar-se-á verificar se a evolução do PIB nos “municípios petrorrentistas” potiguares tem sido acompanhada por melhorias no seu IDH-M, ou, como afirma Sen (2000), se ela tem se refletido na

³ O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) é resultado da parceria entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Fundação João Pinheiro (FJP).

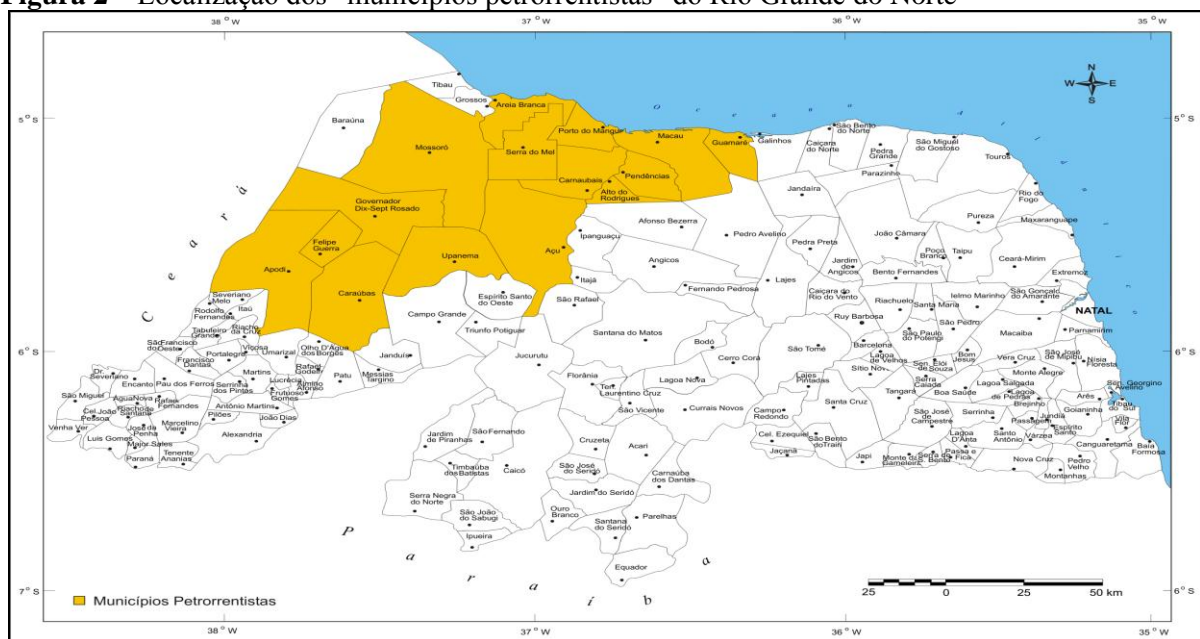
“expansão das liberdades” dos seus habitantes. Tal abordagem torna-se relevante uma vez que se visualizam casos em que apesar do crescimento do PIB e do PIB *per capita* de determinadas áreas produtoras de petróleo, prevalece a precariedade da oferta de serviços básicos de qualidade à população e também a privação de oportunidades de desenvolvimento econômico e social, já que o crescimento ocorre de forma concentrada, algo típico dos espaços territoriais subdesenvolvidos, como será demonstrado na sequência.

3 – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA E IMPORTÂNCIA DAS RENDAS DO PETRÓLEO NOS “MUNICÍPIOS PETRORRENTISTAS” DO RIO GRANDE DO NORTE

A extração e produção de petróleo no Rio Grande do Norte (RN) iniciou há mais de três décadas. Segundo Araújo (2011, p. 30), “desde que começou a explorar petróleo na Bacia Potiguar, em 29 de dezembro de 1979, através do poço MO-14, em frente ao Hotel Thermas (no município de Mossoró), a PETROBRAS já investiu cerca de R\$ 40 bilhões no estado.” Esse montante foi destinado para atividades de pesquisa e exploração do valioso “ouro negro” no território potiguar, assim como para o desenvolvimento de projetos ligados à atividade.

Como pode ser observado na Figura 2, a indústria petrolífera do RN é espacialmente concentrada em 15 municípios, todos eles localizados na área de abrangência do semiárido, quais sejam: Alto do Rodrigues, Apodi, Areia Branca, Assú, Caraúbas, Carnaubais, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Guamaré, Macau, Mossoró, Pendências, Porto do Mangue, Serra do Mel e Upanema.

Figura 2 – Localização dos “municípios petrorrentistas” do Rio Grande do Norte



Fonte: Malha do IBGE (2010). Adaptado por R. S. França (2016) a partir dos dados da pesquisa.



Os “municípios petrolrentistas” potiguares podem ser considerados “espaços de abundância”. Neles, apenas no período de 2000 a 2013 a arrecadação de *royalties* (+ participações especiais) evoluiu 109,73%, totalizando R\$ 2,2 bilhões.⁴ Entre os municípios mencionados, destacaram-se Mossoró, Macau e Guamaré, que arrecadaram o equivalente a R\$ 1,3 bilhão, ou seja, 56,02% das rendas petrolíferas consagradas as unidades municipais produtoras de petróleo norte-rio-grandenses, conferindo-lhes as três primeiras colocações no *ranking* estadual (INFOROYALTIES, 2014).

Os recursos financeiros recebidos por tais localidades representam um reforço orçamentário importante para o erário público. Essa realidade fica patente quando se compara na Tabela 1 o volume de transferências de *royalties* (+ participações especiais) com os repasses da cota do FPM, FUNDEB e SUS realizados em 2011 para os municípios analisados. Em princípio, nota-se que a participação dos *royalties* nos repasses do FPM é muito significativa para dois deles, Guamaré e Pendências, cujas transferências petrolíferas correspondem, respectivamente, a 3,49 e 2,90 vezes o valor da cota do FPM.

Tabela 1 – Participação relativa dos *royalties* (+ participações especiais) nos repasses do FPM, FUNDEB e SUS dos “municípios petrolrentistas” do RN - 2011

Município/UF	FPM (R\$)	FUNDEB (R\$)	SUS (R\$)	<i>Royalties</i> + participações especiais (R\$)	%	%	%
	(A)	(B)	(C)	(D)	(D/A)	(D/B)	(D/C)
Alto do Rodrigues	7.797.727,33	2.173.023,19	1.657.162,80	7.381.055,39	0,95	3,40	4,45
Apodi	15.595.510,40	3.806.585,18	2.911.838,48	5.841.009,82	0,37	1,53	2,01
Areia Branca	13.623.707,87	3.914.395,23	3.232.312,39	9.215.129,36	0,68	2,35	2,85
Assú	21.443.750,25	6.445.849,48	17.201.814,93	5.155.213,51	0,24	0,80	0,30
Caraúbas	11.696.591,05	3.708.875,61	5.037.712,32	2.989.336,78	0,26	0,81	0,59
Carnaubais	5.848.295,49	2.320.310,96	1.347.835,00	3.605.179,05	0,62	1,55	2,67
Felipe Guerra	(*)	1.257.608,50	(*)	2.084.148,70	0,00	1,66	0,00
Gov. D. Rosado	7.797.727,33	2.429.727,47	1.744.274,55	4.661.253,44	0,60	1,92	2,67
Guamaré	7.797.727,33	3.767.372,27	1.471.290,62	27.176.683,89	3,49	7,21	18,47
Macau	11.149.940,89	4.352.129,66	3.637.371,50	28.165.549,41	2,53	6,47	7,74
Mossoró	65.824.722,37	22.348.707,53	60.570.213,62	25.768.745,53	0,39	1,15	0,43
Pendências	7.797.727,33	2.350.177,38	1.543.688,26	22.626.894,30	2,90	9,63	14,66
Porto do Mangue	5.848.295,49	1.546.778,15	814.933,14	3.051.748,62	0,52	1,97	3,74
Serra do Mel	7.797.727,33	2.320.867,67	1.350.556,02	1.566.579,45	0,20	0,67	1,16
Upanema	7.800.365,84	2.147.604,36	1.833.288,96	2.599.548,35	0,33	1,21	1,42
Municípios Petrorrentistas	197.819.816,30	64.890.012,64	104.354.292,59	151.888.075,60	0,77	2,34	1,46
Rio Grande do Norte	1.573.588.838,8	6.517.884.113,4	540.383.904,4	217.736.606,1	0,14	0,03	0,40

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da STN (2013), Portal da Transparência (2014) e INFOROYALTIES (2014).

(*) Valores não divulgados pelos municípios à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) até a data da conclusão do artigo.

⁴ Valores corrigidos pelo INPC de abril de 2014.

Ainda na tabela em destaque, quando se compara o peso das rendas petrolíferas e o FUNDEB, percebe-se que em três municípios – Macau, Guamaré e Pendências – as transferências petrolíferas apresentam grande relevância, visto representarem entre seis e dez vezes o valor do repasse do FUNDEB. Nas demais localidades, os valores variam entre uma e duas vezes. Já na comparação com o repasse do SUS, Guamaré e Pendências batem novamente o recorde, com 18,47 e 14,66 vezes o valor do repasse dos *royalties* e participações especiais. Os outros municípios, por sua vez, apresentam uma variação proporcional entre uma e cinco vezes, o que não deixa de ser uma vantagem comparativa substantiva em relação às áreas não produtoras de petróleo do estado.

Evidencia-se, então, que os recursos advindos dos *royalties* e participações especiais representam uma vantagem orçamentária expressiva para o seleto grupo de municípios recebedores de rendas petrolíferas, pois são recursos extras que poderiam ser utilizados para fomentar ações em prol do desenvolvimento humano da população, patrocinando investimentos em programas de saúde e educação para o bem-estar e qualificação profissional de sua mão de obra, além de investimentos em infraestrutura. Todas estas medidas podem ser adotadas (ou deveriam ser), com o intuito de preparar as localidades e seus habitantes para um futuro sem as referidas transferências monetárias, uma vez que o petróleo é um recurso natural finito. Porém, os gastos públicos desmedidos e a realização de investimentos deficientes constituem sérios empecilhos ao desenvolvimento sustentável dos “municípios petrolerrentistas” potiguares (ARAÚJO, 2013; FREIRE; MAGENTA, 2011; LIMA, 2010).

Dessa forma, corroborando a realidade mostrada por Furtado (2008) e outros autores elencados até aqui, tudo indica que o privilégio desfrutado pelas áreas produtoras de petróleo não tem se refletido em diferenciações expressivas nos seus indicadores de desenvolvimento humano. Assim, o desafio do presente trabalho na próxima seção é verificar se nos “municípios petrolerrentistas” do RN ocorre também o “paradoxo da abundância”, mencionado no início do texto. Ou seja, a questão agora é descobrir se, apesar do peso da indústria do petróleo e das transferências monetárias a ela associadas, estes municípios apresentam indicadores que os enquadram na condição de subdesenvolvidos ou podem ser considerados espaços de alto desenvolvimento humano.



4 – RIQUEZA E (SUB)DESENVOLVIMENTO HUMANO NOS “MUNICÍPIOS PETRORRENTISTAS” NORTE-RIO-GRANDENSES

4.1 – Desempenho da produção de riqueza nos 15 “municípios petrorrentistas” do Rio Grande do Norte

Os “municípios petrorrentistas”, que apresentam expressivas vantagens materiais em relação aos demais municípios do RN que não produzem petróleo e gás natural, no ano de 2011 foram responsáveis por um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 8,8 bilhões, aproximadamente 25% do total do estado. Afora a região da Grande Natal, eles formam o principal centro produtor de riqueza potiguar (IBGE, 2013).

Na sequência, a Tabela 2 mostra a evolução absoluta e percentual do PIB dos municípios em tela entre os anos de 2000 a 2011, onde se percebe que a produção de riqueza nos mesmos apresentou um desempenho superior a média do estado, uma vez que a taxa de crescimento do produto registrada em seus territórios foi de 358,69%, enquanto a do RN alcançou 295,88%. Individualmente, seis municípios superaram a taxa de crescimento do PIB do estado – Guamaré (1.318,91%), Porto do Mangue (522,56%), Mossoró (378,61%), Serra do Mel (361,94%), Caraúbas (361,82%) e Governador Dix-Sept Rosado (353,20%).

Tabela 2 – Evolução absoluta e percentual do PIB dos “municípios petrorrentistas” do RN a preços correntes (R\$) – 2000 a 2011

Municípios/UF	PIB 2000 (R\$)	PIB 2011 (R\$)	Taxa de Crescimento (%)
Alto do Rodrigues	79.018.000,00	217.369.000,00	175,09
Apodi	123.801.000,00	376.253.000,00	203,92
Areia Branca	213.655.000,00	589.705.000,00	176,01
Assú	126.684.000,00	500.733.000,00	295,26
Caraúbas	44.052.000,00	203.439.000,00	361,82
Carnaubais	40.958.000,00	142.294.000,00	247,41
Felipe Guerra	30.247.000,00	68.829.000,00	127,56
Governador Dix-Sept Rosado	45.355.000,00	205.548.000,00	353,20
Guamaré	99.533.000,00	1.412.280.000,00	1.318,91
Macau	163.545.000,00	587.197.000,00	259,04
Mossoró	818.311.000,00	3.916.505.000,00	378,61
Pendências	52.521.000,00	197.302.000,00	275,66
Porto do Mangue	34.394.000,00	214.125.000,00	522,56
Serra do Mel	19.392.000,00	89.579.000,00	361,94
Upanema	34.750.000,00	114.218.000,00	228,68
“Municípios Petrorrentistas”	1.926.216.000,00	8.835.376.000,00	358,69
Rio Grande do Norte	9.119.808.000,00	36.103.202.000,00	295,88

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2013).

Entre os “municípios petrorrentistas”, o que alcançou a maior taxa de crescimento econômico no período foi Guamaré, atingindo a impressionante marca de 1.318,91%, ou seja, seu PIB cresceu mais de 13 vezes na década. Além dele, destaca-se Porto do Mangue, com crescimento de 522,56%, e, no restante das unidades, os percentuais variaram entre 200,00% e 300,00%. Os menores desempenhos, por outro lado, foram obtidos pelos municípios de Felipe Guerra, Alto do Rodrigues e Areia Branca, cujos percentuais de evolução do PIB alcançaram 127,56%, 175,09% e 176,01%, respectivamente.

Apesar da discrepância entre as taxas de crescimento do PIB total e do PIB *per capita* dos “municípios petrorrentistas” do RN (IBGE, 2013), cabe observar na Tabela 3 que os mesmos detêm posições expressivas no *ranking* estadual de produção de riqueza por habitante, colocando-se entre os 30 maiores PIBs *per capita* dos municípios norte-rio-grandenses no ano de 2011.

Tabela 3 – Classificação dos “municípios petrorrentistas” no *ranking* do PIB *per capita* do Rio Grande do Norte – 2011

Municípios/UF	PIB <i>per capita</i> (Em R\$)	Ranking / RN
Guamaré	110.932,38	1°
Porto do Mangue	40.355,30	2°
Areia Branca	23.099,41	4°
Macau	20.106,75	6°
Alto do Rodrigues	17.360,36	8°
Governador Dix-Sept Rosado	16.548,46	10°
Mossoró	14.872,20	12°
Pendências	14.520,30	14°
Carnaubais	14.397,82	15°
Felipe Guerra	11.970,22	19°
Apodi	10.809,08	20°
Caraúbas	10.361,02	21°
Assú	9.335,77	23°
Upanema	8.688,40	28°
Serra do Mel	8.576,29	30°
“Municípios Petrorrentistas”	22.128,92	--
Rio Grande do Norte	8.058,21	--

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2013).

Esse fato permitiu ao município de Guamaré ocupar a primeira posição no estado, cujo PIB *per capita* foi de R\$ 110.932,38; assim como garantiu a Porto do Mangue a segunda colocação no *ranking*, com R\$ 40.355,30. O impulso para que Guamaré ocupasse essa colocação decorreu dos vários investimentos realizados pela PETROBRAS na região, além desse município sediar a unidade de processamento de petróleo e gás natural do estado, a Refinaria Potiguar Clara Camarão, e outras empresas que atuam na área, como as de envase de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP). Em



Porto do Mangue, que até pouco tempo abrigava empreendimentos ligados a carcinicultura substituídos recentemente pela exploração de sal marinho, o resultado obtido decorre principalmente da intensificação das atividades ligadas à produção de petróleo e gás natural em seu território.

Os municípios de Areia Branca, Macau e Alto do Rodrigues, importantes pontos de apoio para os demais municípios produtores de petróleo, apresentaram PIB *per capita* de R\$ 23.099,41, R\$ 20.106,75 e R\$ 17.360,36, ocupando a quarta, sexta e oitava posições no *ranking* estadual, respectivamente. O município de Mossoró, que registrou a maior participação percentual do grupo na formação do PIB total do estado, ocupa apenas a 12ª posição no *ranking*, ficando atrás de Governador Dix-Sept Rosado, que situa-se na 10ª posição com um PIB *per capita* de R\$ 16.548,46 e cuja participação no PIB total do estado foi de pouco mais de 0,5%. Os demais municípios apresentaram PIB *per capita* entre R\$ 14.397,82 e R\$ 8.688,40, classificando-se entre a 15ª e a 28ª posições.

Note-se que o domínio de Guamaré é tão evidente em relação aos municípios do grupo que, quando comparado com o último colocado, Serra do Mel (R\$ 8.576,29), apresenta uma diferença de R\$ 102.356,09, o equivalente a aproximadamente 13 vezes o PIB *per capita* serrano. Mas, apesar de sua inferioridade em relação ao líder, o PIB *per capita* de Serra do Mel também superou o do estado, que no mesmo ano foi de apenas R\$ 8.058,21.

Em linhas gerais, constata-se que os “municípios petrorrentistas” apresentaram crescimento econômico superior a média do estado, como pode ser visualizado através da análise de seus PIBs e do PIB *per capita*. Os resultados materiais desse crescimento lhes possibilitaram ocupar posições privilegiadas frente aos demais municípios potiguares, no que se refere à produção de riqueza.

Por conseguinte, se o desenvolvimento fosse medido apenas em termos da elevação do PIB *per capita*, ou se considerássemos o desenvolvimento como função do crescimento econômico, os “municípios petrorrentistas” estariam bem posicionados e seus habitantes estariam desfrutando de bons níveis de bem-estar. Entretanto, não é conveniente basear-se apenas na elevação do PIB para explicar se houve melhora na qualidade de vida dos habitantes de um determinado território, pois o desenvolvimento vai muito além do aspecto econômico e, nesta perspectiva, é preciso utilizar outros indicadores sociais como forma de mensurá-lo e compará-lo com o crescimento econômico apresentado em um dado espaço geográfico. Um destes indicadores, como já foi visto, é o IDH-M, objeto de estudo da próxima subseção.

4.2 – Evolução do IDH-M dos “municípios petrorrentistas” potiguares

Dentre os indicadores sociais utilizados para avaliar o grau de desenvolvimento de um determinado país ou região, destaca-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). No Brasil, este indicador foi adaptado, passando-se a chamar de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). Como foi abordado na segunda seção deste artigo (Figura 1), o referido indicador baseia-se numa “faixa” que varia entre zero e um, na qual quanto mais próximos de zero forem os valores apresentados pelos municípios, menor será o seu grau de desenvolvimento e quanto mais próximo de um forem os valores do índice, mais desenvolvidos serão os mesmos.

O “município petrorrentista” potiguar que exibiu o maior IDH-M, em 2010, foi Mossoró (0,720) e, por isso, foi caracterizado como um espaço de alto desenvolvimento humano. Por outro lado, o município que exibiu o menor índice de desenvolvimento foi Carnaubais (0,589), caracterizado como de baixo desenvolvimento humano. Outros municípios que também apresentaram baixo desenvolvimento humano foram: Upanema (0,596), Governador Dix-Sept Rosado (0,592) e Porto do Mangue (0,590), localidade que apresentou o segundo melhor PIB *per capita* do RN em 2011 (PNUD, 2013).

O município de Guamaré, que obteve o maior PIB *per capita* de todo o estado no período analisado, exibiu IDH-M igual a 0,626, ficando atrás, inclusive, dos municípios de Pendências (0,631), Macau (0,665) e Alto do Rodrigues (0,672), embora sejam mais “pobres” se comparados com ele. No geral, a média dos “municípios petrorrentistas” foi de 0,637 e a do RN, 0,684, ambos apresentando médio desenvolvimento humano. Neste contexto, seguindo o argumento de Furtado (2008), o município de Guamaré pode ser considerado a “Venezuela potiguar”, pois, semelhante àquele país nos anos 1950, se constitui em uma área que ostenta grande abundância de riqueza originária da indústria do petróleo, porém, os benefícios advindos desta atividade não têm sido convertidos integralmente em desenvolvimento humano para sua população.⁵

Convém destacar ainda que, com exceção do município de Mossoró, os demais “municípios petrorrentistas” apresentaram IDH-M abaixo da média estadual, embora apenas quatro –

⁵ O município de Guamaré, além de ser beneficiado pelo repasse de *royalties* originados da exploração e produção de petróleo e dos pontos de apoio à atividade petrolífera, o que por si só já lhe garante papel de destaque no contexto econômico estadual, dada a grande concentração de riqueza, está também em evidência devido à elevação na arrecadação de ICMS. Esta elevação decorre da expansão das atividades econômicas ligadas a indústria petrolífera desenvolvidas em seu território, como a instalação de unidades de processamento de petróleo e gás natural, a implantação da Refinaria Potiguar Clara Camarão e de empresas de comercialização de seus derivados. Dessa forma, dado o desempenho de tais atividades econômicas, estima-se que, em 2014, a taxa de crescimento da arrecadação de ICMS apresentada em suas terras tenha sido 29,83% maior em relação ao ano anterior, conferindo-lhe a segunda colocação no *ranking* estadual dos maiores recebedores desse imposto, ficando atrás apenas da capital potiguar, Natal. Esta e outras particularidades apresentadas pelo referido município fizeram com que ele se tornasse alvo de investigação do Ministério Público Federal e também de reportagens estaduais e nacionais, tendo em vista os gastos exorbitantes em festas e o baixo índice de desenvolvimento humano registrado, além das altas taxas de pobreza prevalentes na localidade (ARAÚJO, 2013; FREIRE; MAGENTA, 2011; MENNA, 2014).



Carnaubais, Governador Dix-Sept Rosado, Porto do Mangue e Upanema – tenham apresentado baixo desenvolvimento humano e o restante tenha apresentado médio desenvolvimento humano, conforme os índices do PNUD (2013).

Em termos de evolução, a Tabela 4 indica que o município que apresentou a maior taxa de crescimento do indicador na primeira década do século XXI foi Porto do Mangue, cujo percentual foi de 49,37%. Por conta disso, sua classificação passou de muito baixo desenvolvimento para baixo desenvolvimento humano. Seguiram-no os municípios de Upanema, que partiu de muito baixo desenvolvimento humano para médio desenvolvimento humano, com uma elevação percentual de 43,27%; e Guamaré, que apresentou elevação de 40,99%, cujo IDH-M se deslocou da faixa de muito baixo desenvolvimento humano (0,444) para médio desenvolvimento humano (0,626).

Tabela 4 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano dos “municípios petrorrentistas” do RN – 2000 a 2010

Municípios/UF	IDH-M 2000	IDH-M 2010	Taxa de crescimento (%)
Alto do Rodrigues	0,513	0,672	30,99
Apodi	0,502	0,639	27,29
Areia Branca	0,550	0,682	24,00
Assú	0,536	0,661	23,32
Caraúbas	0,460	0,638	38,70
Carnaubais	0,481	0,589	22,45
Felipe Guerra	0,478	0,636	33,05
Governador Dix-Sept Rosado	0,450	0,592	31,56
Guamaré	0,444	0,626	40,99
Macau	0,556	0,665	19,60
Mossoró	0,596	0,720	20,81
Pendências	0,493	0,631	27,99
Porto do Mangue	0,395	0,590	49,37
Serra do Mel	0,463	0,614	32,61
Upanema	0,416	0,596	43,27
Municípios Petrorrentistas	0,489	0,637	30,25
Rio Grande do Norte	0,552	0,684	23,91

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do PNUD (2013).

Outros seis municípios deixaram o estágio de muito baixo desenvolvimento humano registrado no ano 2000, sendo que os municípios de Carnaubais (22,45%) e Governador Dix-Sept Rosado (31,56%) passaram a integrar o grupo dos municípios que apresentavam baixo desenvolvimento humano em 2010, e Felipe Guerra (33,05%), Pendências (27,99%) e Serra do Mel (32,61%) passaram a integrar a lista dos municípios de médio desenvolvimento humano. Do conjunto analisado, como já foi mencionado, apenas o município de Mossoró, cuja evolução foi de

20,81%, apresentou alto desenvolvimento humano. Os demais municípios – Alto do Rodrigues (30,99%), Apodi (27,29%), Areia Branca (24,00%), Assú (23,32%) e Macau (19,60%) – evoluíram da situação de baixo desenvolvimento humano para médio desenvolvimento humano, conforme os limites descritos na Figura 1.

É importante enfatizar que, apesar do crescimento registrado, quando se desagrega o IDH-M médio em suas três dimensões (renda, longevidade e educação) nota-se que a situação não parece ser inteiramente favorável como demonstra a primeira vista. De fato, em termos percentuais, a Tabela 5 indica que 46,67% dos “municípios petrorrentistas” apresentaram IDH-M renda baixo, enquanto em 53,33% deles o IDH-M renda foi médio, sinalizando que nestes espaços ainda há uma grande concentração de riqueza nas mãos de uma pequena parcela da população. No IDH-M longevidade, que apresenta a melhor *performance* entre as localidades pesquisadas, 86,67% dos municípios alcançam alto desenvolvimento humano e 13,33% muito alto desenvolvimento humano. Já o menor de todos os indicadores foi o IDH-M educação, pois 13,33% dos municípios apresentaram muito baixo desenvolvimento humano, 73,34% estavam na faixa de baixo desenvolvimento humano e os demais municípios (13,33%) apresentaram médio desenvolvimento humano, mostrando que esta dimensão social se encontra ainda bastante precária.

Tabela 5 – Classificação dos “municípios petrorrentistas” do RN por faixa de IDH-M renda, longevidade e educação – 2010

Estágio de desenvolvimento	IDH-M Renda		IDH-M Longevidade		IDH-M Educação	
	Nº de Municípios	%	Nº de Municípios	%	Nº de Municípios	%
Muito baixo ($0 < \text{IDH-M} \leq 0,499$)	0	0,00	0	0,00	2	13,33
Baixo ($0,500 \leq \text{IDH-M} \leq 0,599$)	7	46,67	0	0,00	11	73,34
Médio ($0,600 \leq \text{IDH-M} \leq 0,699$)	8	53,33	0	0,00	2	13,33
Alto ($0,700 \leq \text{IDH-M} \leq 0,799$)	0	0,00	13	86,67	0	0,00
Muito alto ($0,800 \leq \text{IDH-M} \leq 1$)	0	0,00	2	13,33	0	0,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do PNUD (2013).

De posse destas informações, evidencia-se de maneira esclarecedora no Gráfico 1 a contradição existente entre os indicadores econômicos e sociais dos “municípios petrorrentistas” potiguares. O paradoxo está no fato de que no ano de 2010 tais municípios, que se colocaram entre os 30 melhores PIBs *per capita* estaduais, ocuparam apenas posições marginais (da 3ª a 118ª colocação) no IDH-M do RN, indicando por meio do cruzamento dos dados que se trata de localidades ricas, mas que ostentam índices de desenvolvimento humano abaixo de sua representatividade no cenário econômico potiguar. Os municípios de Carnaubais, Governador Dix-

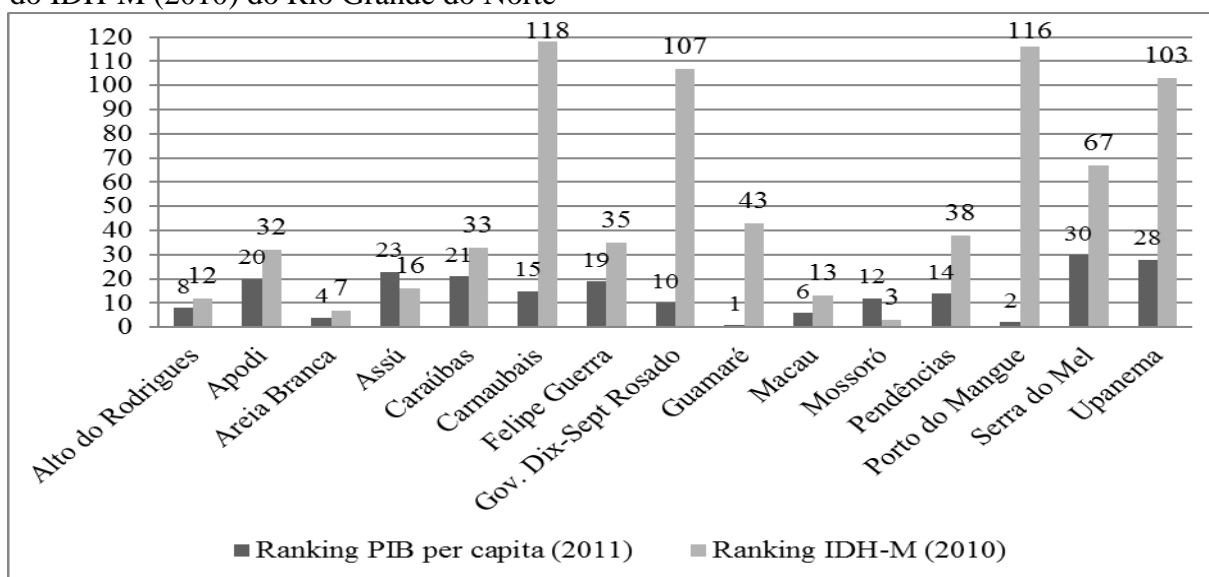


Sept Rosado, Porto do Mangue e Upanema também apresentaram valores divergentes, chegando um *ranking* a distanciar-se do outro 100 vezes.

Os maiores contrastes verificados, porém, referem-se aos municípios de Guamaré e Porto do Mangue. Guamaré, que apresentou o melhor PIB *per capita* entre os 167 municípios do RN, e mesmo assim alcançou apenas a 43ª posição no *ranking* da qualidade de vida do estado. Paralelo a isso, o município de Porto do Mangue, segundo melhor PIB *per capita* do grupo, ficou na 116ª posição no *ranking* do IDH-M estadual (Gráfico 1).

Positivamente, destacam-se os municípios de Alto do Rodrigues e Areia Branca, cujas posições no *ranking* do PIB *per capita* e no *ranking* IDH-M estadual foram próximas. Nos municípios de Apodi, Assú, Caraúbas, Macau e Mossoró a diferença entre um *ranking* e outro foram de aproximadamente 12 posições.

Gráfico 1 – Posição dos “municípios petrorrentistas” nos *rankings* do PIB *per capita* (2011) e do IDH-M (2010) do Rio Grande do Norte



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2013) e do PNUD (2013).

Percebe-se que as atividades e rendas ligadas a indústria petrolífera, dado o seu potencial de gerar riqueza, contribuíram para a elevação do PIB total dos municípios produtores de petróleo do RN, bem como para a elevação de seu PIB *per capita*. Todavia, observa-se uma grande distância entre este indicador e os índices de qualidade de vida da sociedade. Desse modo, verifica-se nestas localidades aquilo que Furtado (2008) chamou de “paradoxo do subdesenvolvimento com abundância de divisas”, ou seja, correspondem a municípios ricos do ponto de vista de sua base material, mas nos quais a maioria da população residente ainda é privada dos meios necessários para expandir suas liberdades individuais e alcançar níveis mais elevados de bem-estar social.

Nesse sentido, tudo indica que a vantagem comparativa dos “municípios petrolrentistas” não tem sido utilizada de forma eficiente no sentido de elevar as capacitações e as liberdades de seus habitantes, tal qual preconiza a concepção de Sen (1993; 2000). Isso porque observa-se nas áreas produtoras de petróleo norte-rio-grandenses que parcela significativa dos habitantes ainda não desfruta do benefício proporcionado pela elevação de seu PIB, prevalecendo a desigualdade de oportunidades e a precariedade dos serviços básicos ofertados, como a educação, que foi a dimensão do IDH-M de pior desempenho na maior parte das localidades estudadas, classificando-as como espaços territoriais de baixo desenvolvimento humano.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades ligadas à indústria do petróleo provocaram expressivas transformações econômicas em muitas áreas de vários estados do Brasil e, entre eles, destaca-se o Rio Grande do Norte (RN), maior produtor de petróleo em terra do país. Neste sentido, o objetivo geral do presente artigo foi analisar a evolução da produção de riquezas nos “municípios petrolrentistas” desta unidade federativa e verificar a evolução dos seus indicadores econômicos e sociais no período de 2000 a 2011.

O trabalho mostrou que há um conjunto de diferenças entre as noções de crescimento econômico e desenvolvimento humano. O Produto Interno Bruto (PIB) é o indicador usado costumeiramente para medir a evolução da produção de riqueza de um espaço territorial determinado. Já a noção de desenvolvimento humano vai além desse indicador de crescimento econômico, pois considera outras dimensões ligadas à renda, saúde e educação, que, conjuntamente, possibilitam a expansão das liberdades dos indivíduos e a melhoria de seus níveis de qualidade de vida.

A discussão dos conceitos mencionados possibilitou a base teórica para se entender as contradições que se manifestam na área produtora de petróleo situada no RN. Neste estado, as atividades petrolíferas se desenvolvem há mais de 30 anos e se concentram em apenas 15 dos 167 municípios que compõem a geografia potiguar. Os chamados “municípios petrolrentistas” são privilegiados e apresentam-se como “espaços de abundância”, uma vez que recebem rendas suplementares às suas receitas na forma de *royalties* e participações especiais. No período de 2000 a 2013, como foi mostrado ao longo do texto, tais rendas superaram a marca de R\$ 2 bilhões, representando uma grande vantagem comparativa relativamente as demais localidades.



O dinamismo econômico ocasionado pela indústria petrolífera e o fato destes municípios receberem rendas suplementares para compensar parte dos impactos causados pela extração de um recurso natural finito, contribuiu significativamente para que eles apresentassem altas taxas de crescimento econômico no contexto estadual, ocupando as primeiras colocações em termos da produção de riqueza de uma forma geral, expresso por meio da evolução do PIB, e, também, através do montante de riqueza produzida por habitante, evidenciado no cálculo do PIB *per capita*.

Entretanto, o fato de registrarem grande potencial econômico não é condição suficiente para que tais municípios sejam classificados como áreas desenvolvidas. Isto porque, no decorrer da análise, verificou-se que a elevação dos seus índices de desenvolvimento humano (IDHs) ocorreu em ritmo bem mais lento do que as taxas de crescimento econômico experimentadas pelos mesmos, obtendo indicadores sociais aquém das suas condições materiais privilegiadas. Nesse quesito, entre todas as localidades estudadas, o município de Guamaré pode ser considerado a “Venezuela potiguar”, devido ao contraste entre riqueza e pobreza que marca a paisagem local. Tal contradição abrange praticamente a totalidade dos “municípios petrorrentistas” potiguares, variando apenas o grau de intensidade. Isto pode ser observado no *ranking* comparativo entre produção de riqueza e qualidade de vida dos seus habitantes.

É pertinente assinalar, contudo, que a extensão do fenômeno descrito não pode ser mensurada apenas em termos numéricos. Os indicadores sintéticos utilizados apresentam limites analíticos e não conseguem captar todas as especificidades dos processos de mudança socioeconômica, os quais dependem das particularidades geográficas, históricas e sociopolíticas de cada lugar. Ademais, outros fatores ligados ao avanço das políticas públicas brasileiras no limiar do século XXI podem ter influenciado a realidade estudada, ensejando a necessidade de um aprofundamento do tema via pesquisas de campo de cunho qualitativo para se entender as múltiplas faces e características do paradoxo apontado nos “municípios petrorrentistas”.

As descobertas gerais extraídas das estatísticas agregadas servem de base, assim, para uma investigação mais ampla que procure decifrar os determinantes do subdesenvolvimento destas localidades. Tal empreendimento se justifica não apenas pelo avanço do conhecimento científico, mas, principalmente, pela necessidade de superar a atual situação de subdesenvolvimento que tende a se agravar, uma vez que as jazidas de petróleo potiguares já mostram sinais claros de esgotamento.

Portanto, torna-se evidente que a discussão sobre o futuro das regiões produtoras de petróleo não pode ficar restrita ao debate referente à distribuição quantitativa das rendas originárias dessa atividade. O desafio maior passa pela resolução do “paradoxo da abundância” que persiste ao longo

do tempo, sob pena de desperdiçar um importante trunfo de desenvolvimento local. Para isso, é preciso aprimorar os mecanismos de gestão dos recursos naturais finitos e redefinir os critérios de aplicação das rendas petrolíferas no âmbito municipal, de modo que elas sejam direcionadas para investimentos capazes de garantir a elevação dos níveis de bem-estar da população em uma perspectiva de longo prazo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, S. P. **O circuito espacial da produção petrolífera no Rio Grande do Norte**. 2012. 161f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2012.

ARAÚJO, A. D. **O petróleo no Rio Grande do Norte**. [2011]. Disponível em: <<http://cedipetro.funcern.br/wp-content/uploads/2011/12/Apostila-CEDIPETRO.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

ARAÚJO, R. A miséria da riqueza de Macau e Guamaré. **Tribuna do Norte**. Natal/RN, 2013. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/a-miseria-da-riqueza-de-macau-e-guamare/248223>>. Acesso em: 21 abr. 2013.

AZEVEDO, F. F. Reestruturação produtiva no Rio Grande do Norte. **Mercator**. Fortaleza/CE, v. 12, número especial (2), p. 113-132, set. 2013.

BRAGA, T. M.; SERRA, R.; TERRA, D. C. T. Sobrefinanciamento e desenvolvimento institucional nos municípios petro-rentistas da Bacia de Campos. In: PIQUET, R.; SERRA, R. (Orgs.). **Petróleo e região no Brasil: o desafio da abundância**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 171-196.

CRUZ, B. O.; RIBEIRO, M. B. **Sobre maldições e bênçãos: é possível gerir recursos naturais de forma sustentável?** Uma análise sobre os royalties e as compensações financeiras no Brasil. IPEA: Brasília, 2009. (Texto para Discussão nº 1412).

DIAS, H. K. G. A polêmica na concessão dos royalties para os estados e municípios. **Jus Navigandi**. Teresina, ano 15, n. 2462, p. 1-4, 29 mar. 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/14589>>. Acesso em: 28 ago. 2013.

FREIRE, S.; MAGENTA, M. Bonança do petróleo não melhora cidades. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/999257-bonanca-do-petroleo-nao-melhora-cidades.shtml>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

FURTADO, C. **Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas**. Rio de Janeiro: Contraponto / Centro Internacional Celso Furtado, 2008.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELOS, M. A. S.; TONETO JR., R. **Economia brasileira contemporânea**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos municípios – 2010**. Rio de Janeiro/RJ: IBGE, 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2010/pibmunic2010.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2013.



_____. **Produto Interno Bruto dos municípios a preços correntes: 2000 a 2011.** Rio de Janeiro/RJ: IBGE, 2013. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=21&n=0&u=0&z=p&o=29&i=P>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

_____. **Rio Grande do Norte – RN.** Rio de Janeiro/RJ: IBGE, 2014. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/download/mapa_e_municipios.php?lang=&uf=rn>. Acesso em: 04 jan. 2014.

INFOROYALTIES. **Petróleo, royalties e região: 2000-2013.** Rio de Janeiro/RJ: UCAM, 2014. Disponível em: <<http://inforoyalties.ucam-campos.br/>>. Acesso em: 27 maio 2014.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações.** 5. ed. Campinas: Editora Alínea, 2012.

LIMA, A. S. **Transparência orçamentária: as aplicações dos royalties do petróleo e a reforma na gestão das finanças públicas.** Niterói: UFF, 2010 (Artigo apresentado em Oficina). Disponível em: <<http://www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/index.php/artigos>>. Acesso em: 19 out. 2013.

MENNA, V. **Petróleo catapulta repasses de ICMS. Tribuna do Norte.** Natal, 2014. Disponível em: <<http://tribunadonorte.com.br/noticia/petroleo-catapulta-repasses-de-icms/275118>>. Acesso em: 11 mar. 2014.

PIQUET, R.; SERRA, R. (Orgs.). **Petróleo e região no Brasil: o desafio da abundância.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.** Brasília: PNUD, 2013. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/idhm-brasileiro-atlas-2013.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2014.

RAMALHO JR., A. Produto Interno Bruto - PIB (mensuração). In: AMABILE, A. E. N.; CASTRO, C. L. F.; GONTIJO, C. R. B. (Orgs.). **Dicionário de Políticas Públicas.** Barbacena: Eduemg, 2012. p. 401-403.

RODRIGUES NETO, J. A atividade petrolífera como fator de transformações da economia e da estrutura produtiva do Rio Grande do Norte – 1985 a 2004. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORDESTE. 2009. Recife: UFPE. **Anais...** Rio de Janeiro/RJ: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia.** São Paulo: Best Seller, 1999.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico.** 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas).

SEBRAE/RN. **Petróleo e gás no Rio Grande do Norte: prospectando novos negócios.** Natal: Editora do SEBRAE, 2005.

SEN, A. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política.** São Paulo: Marco Zero, n. 28/29, p. 313-334, 1993.

_____. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.



SERRA, R. Concentração espacial das rendas petrolíferas e sobrefinanciamento das esferas de governo locais. In: PIQUET, R.; SERRA, R. (Orgs.). **Petróleo e região no Brasil: o desafio da abundância**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 77-110.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Recebido em 01 de janeiro de 2016
Aprovado em 18 de outubro de 2016

